

**ORGANIZADORES**

**HALLEY HENARES NETO  
CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA  
PEDRO TEIXEIRA LEITE ACKEL**

# **PLR**

**NOVAS E ANTIGAS  
CONTROVÉRSIAS**



**EDITORA MIZUNO**  
QUALIDADE E SERIEDADE EM LIVROS

**PLR - Novas e antigas discussões sobre PLR**

©Orgs.: Halley Henares Neto; Carlos Henrique de Oliveira; Pedro Teixeira Leite Ackel

EDITORA MIZUNO 2024

Revisão: Orgs.: Halley Henares Neto; Carlos Henrique de Oliveira; Pedro Teixeira Leite Ackel

**Catálogo na publicação**  
**Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

P732

PLR - Novas e antigas discussões sobre PLR / Organizador Pedro Ackel. – Leme-SP: Mizuno, 2024.

Autores: Adriano Silvério, Alessandro Mendes Cardoso, Alexandre Evaristo Pinto, Alexandre Ponce De Almeida Insfran, Breno Ferreira Martins Vasconcelos, Caio Alexandre Taniguchi Marques, Carlos Henrique De Oliveira, Cristiane I. Matsumoto, Fábio Zambitte Ibrahim, Guilherme Paes De Barros Geraldi, Guilherme Peloso Araujo, Henrique Wagner De Lima Dias, Joana Rizzi Ribeiro, Karina Suzana Da Silva Alves, Leandro Cabral E Silva, Leandro Lamussi Campos, Leonardo Mazzillo, Lucas Barbosa Oliveira, Luciana Simões De Souza, Ludmila Mara Monteiro De Oliveira, Luiz Fernando Goedert Leite, Marcello Pedroso Pereira, Maria Eugênia Doin Vieira, Maria Isabel Tostes Bueno, Mariana Coutinho Vilela, Mariana Monte Alegre De Paiva, Mariana Neves De Vito, Mayra Tenório, Paulo Cesar Conrado, Paulo Roberto Gomes De Carvalho, Pedro Teixeira Leite Ackel, Rodrigo Ramos De Arruda Campos, Tathiana De Souza Pedrosa Duarte, Thais Romero Veiga Shingai, Vanessa Carvalho.

294 p.; 16 X 23 cm

ISBN 978-65-5526-744-0

1. Participação no lucro da empresa. 2. Direito trabalhista. I. Ackel, Pedro (Organizador). II. Título

CDD 658.3152

**Índice para catálogo sistemático**

I. Participação no lucro da empresa

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à  
 EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460  
 Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210  
 Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: [www.editoramizuno.com.br](http://www.editoramizuno.com.br)  
 e-mail: [atendimento@editoramizuno.com.br](mailto:atendimento@editoramizuno.com.br)

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

# SUMÁRIO

## **A PLR E A MP 905/2019 - REFLEXÕES A PROPÓSITO DO “TEMPO DA NORMA”, DO “TEMPO DO FATO” E DO FENÔMENO DA INTERDISCIPLINARIDADE** ..... 17

**Paulo Cesar Conrado**

1 Introdução .....	17
2 “Tributariamente” falando, onde está a “questão”? .....	17
3 E qual o “problema” que deriva dessa “questão”?.....	18
4 As movimentações normativas: um ponto a ser aclarado .....	18
5 A interdisciplinariedade como elemento crucial para compreensão de parte expressiva das questões tributárias mais relevantes da atualidade.....	19
6 Especialização de mais, visão holística de menos: desafios do direito contemporâneo .....	19
7 O problema da superespecialização no direito tributário .....	21
8 Retornando à questão que nos mobiliza: a PLR, o “tempo da norma” e o “tempo do fato” .....	21
9 Segurança, sempre a segurança .....	22
10 Conclusão .....	23

## **PRAZO DE VIGÊNCIA DO PLANO DE PLR: EXISTE LIMITAÇÃO TEMPORAL?**..... 24

**Mariana Monte Alegre de Paiva | Henrique Wagner de Lima Dias**

1 Introdução ao tema .....	24
2 Aspectos Gerais da PLR: Imunidade, isenção e requisitos da Lei nº 10.101/2000.....	26
3 Limitação temporal da vigência do plano de PLR.....	31
4 Conclusões .....	37

## **É NECESSÁRIO QUE O PLR SEJA CONCEDIDO A TODOS OS EMPREGADOS DA EMPRESA?....** 38

**Guilherme Peloso Araujo | Guilherme Paes de Barros Geraldi**

1 Resumo .....	38
2 Introdução .....	38
3 PLR: conceito, panorama constitucional e legal .....	39
4 A (des)necessidade de a PLR abranger a totalidade dos empregados.....	41
4.1 Análise dogmática .....	41
4.2 Análise pragmática.....	43
5 Conclusão .....	48

## **PLR E ESG: QUAL O ALCANCE DA PROIBIÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE METAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS (“PLR”)?** ..... 50

**Pedro Teixeira Leite Ackel | Maria Isabel Tostes Bueno | Leonardo Mazzillo**

1 Introdução.....	50
2 Processo legislativo da MP 597/2012, convertida na Lei nº 12.832/2013.....	52
3 Da intencionalidade na fixação de critérios exemplificativos para contratação de PLR.....	54
4 Da teoria à prática .....	56
5 Decisões do CARF e da Justiça do Trabalho sobre a aplicação de Meta de SST.....	59
6 Projetos de lei que buscam a modificação ou revogação do inciso II do § 4º do art. 2º da Lei nº 10.101/2001 .....	60
7 Conclusão.....	64

## **PLR PRECISA SER ASSINADO PELOS SINDICATOS DE TODAS AS BASES TERRITORIAIS ONDE SE ENCONTRAM SEUS TRABALHADORES?** ..... 65

**Carlos Henrique de Oliveira | Karina Suzana da Silva Alves**

1 Posicionamento da PLR perante as demais remunerações variáveis (natureza jurídica) .....	65
2 Evolução da previsão normativa do PLR.....	66
3 Do conceito de negociação.....	67
4 Participação do sindicato .....	69
5 Interpretação ampliativa vinculada a ordem legal.....	71

## **PAGAMENTO DE PLR A CONTRIBUINTE INDIVIDUAIS** ..... 75

**Breno Ferreira Martins Vasconcelos | Thais Romero Veiga Shingai**

1 Resumo .....	75
2 Introdução.....	75
3 Tratamento tributário conferido à PLR e reflexos do pagamento a diretores não empregados e administradores .....	77
3.1 Fundamento constitucional.....	77
3.2 Previsão legal de não incidência das contribuições sobre PLR .....	78
3.3 A participação prevista na Lei das S.A.....	81
4 Autos de infração lavrados pela RFB e a discussão no Carf .....	81
5 Decisões do Poder Judiciário .....	85
6 Breves comentários sobre o imposto de renda.....	87
7 Síntese e conclusão.....	88

## **O QUE SÃO REGRAS CLARAS E OBJETIVAS PARA EFEITO DE PACTUAÇÃO DE PLR? E QUANDO ELAS NÃO SE FAZEM PRESENTES?.....** 90

**Mariana Neves de Vito | Paulo Roberto Gomes de Carvalho**

1 Histórico legislativo no que envolve os conceitos de PLR e regras claras e objetivas.....	90
2 Alteração de entendimento do CARF e relação com a jurisprudência do STJ sobre o conceito de regras claras e objetivas.....	92
3 Alteração legislativa para dar segurança jurídica a o conceito de regras claras e objetivas.....	95
4 Finalidade da existência do conceito de regras claras e objetivas.....	96
5 Entendimento do Fisco de que a existência de pagamento mínimo fixo representa descumprimento ao conceito de regras claras e objetivas.....	97
6 A existência de regras de diferentes múltiplos salariais dentro do conceito de regras claras e objetivas...	99
7 Precedentes do STJ e STF sobre liberdade de negociação, meros erros formais e validade da negociação coletiva sobre as restrições legislativas.....	102
8 Conclusão: o conceito de regras claras e objetivas é aberto e a legislação é meramente exemplificativa ..	104

## **CONTROVÉRSIAS ENVOLVENDO MÚLTIPLOS PROGRAMAS DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU NOS RESULTADOS.....** 106

**Joana Rizzi Ribeiro | Alexandre Ponce de Almeida Insfran | Leandro Cabral e Silva**

1 Introdução.....	106
2 Legislação e jurisprudência relevantes sobre o tema: evolução (da história) sobre a multiplicidade de instrumento de PLR.....	106
3 Multiplicidade de programas de PLR e sua relevância na adoção de acordo individual de PLR.....	111
4 Multiplicidade de programas de PLR e sua relevância quanto à extensão dos efeitos de instrumento formalizado por estabelecimento de grupo empresarial.....	114
5 Conclusão.....	118

## **POSSIBILIDADE DE PAGAMENTO DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS EM AÇÕES.....** 120

**Caio Alexandre Taniguchi Marques | Luiz Fernando Goedert Leite**

1 Principais aspectos societários.....	124
2 Principais aspectos tributários.....	126
3 Principais aspectos contábeis.....	127
4 Conclusão.....	129

## **QUANDO SE CONSIDERAM PREVIAMENTE FIXADAS AS REGRAS DA PLR?.....** 130

**Paulo Roberto Gomes de Carvalho | Pedro Teixeira Leite Ackel**

1 Introdução.....	130
2 Evolução da jurisprudência do CARF e da CSRF.....	131

3 Superação da controvérsia a partir da Lei nº 14.020/2020 .....	138
4 Conclusão .....	143

## **PARTICIPAÇÃO DOS SINDICATOS NAS NEGOCIAÇÕES DE PLR: CONTROVÉRSIAS SOBRE ASSINATURA, TERRITORIALIDADE E DISSÍDIOS DOS ACORDOS.....**

**Alessandro Mendes Cardoso | Tathiana de Souza Pedrosa Duarte**

1 Introdução.....	144
2 Controvérsia acerca da data de assinatura do acordo de PLR .....	146
3 Controvérsias acerca da ausência de participação do sindicato e da competência sindical para firmar ou participar dos acordos de PLR .....	150
4 Controvérsia acerca dos dissídios em acordos de PLR .....	157
5 Conclusão .....	159

## **AUTONOMIA DA VONTADE DAS PARTES NA FIXAÇÃO DE VALORES E METAS INDIVIDUAIS .....**

**Carlos Henrique de Oliveira | Vanessa Carvalho**

1 Introdução.....	162
2 Determinação de metas e valores: autonomia das partes.....	163
3 Conclusões.....	172

## **NOVA REGRA DA PERIODICIDADE DE PAGAMENTO. PERIODICIDADE DO PAGAMENTO SE REFERE A CADA EMPREGADO OU AO PROGRAMA COMO UM TODO?.....**

**Cristiane I. Matsumoto | Lucas Barbosa Oliveira**

1 Conceitos Gerais.....	174
2 Alterações Legislativas Recentes.....	177
3 Periodicidade .....	178
4 Apuração da Periodicidade.....	179
5 Conclusão.....	184

## **OS PROGRAMAS DE LUCROS E RESULTADOS E A TRIBUTAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - NOVA REGRA DA COMISSÃO PARITÁRIA E SEUS DESDOBRAMENTOS.....**

**Fábio Zambitte Ibrahim**

1 Resumo .....	186
2 Introdução.....	186
3 Premissas Interpretativas dos Programas de Lucros e Resultados no Contexto da Dispensa Tributária – O PLR como “não-incidência” previdenciária.....	187
4 A Organização de Comissões Paritárias após a Lei nº 12.823/13 .....	192
4.1 Ausência de Representante do Sindicato.....	192
4.2 Possibilidade de Retroação das Normas.....	193

4.3 Inadimplemento de Aspectos Formais da Comissão - Efeitos .....	195
4.4 Ultratividade das Normativas Anteriores.....	196
5 Conclusão.....	197

## **POSSIBILIDADE DE PREVALÊNCIA DO ACORDADO SOBRE O LEGISLADO PARA FINS DE PLR .....**

199

**Luciana Simões de Souza | Mariana Neves de Vito**

1 Introdução.....	199
2 Imunidade tributária do PLR.....	199
3 A CLT e as relevantes alterações introduzidas pela “Reforma Trabalhista” .....	201
4 Da extensão e limites da prevalência do Pactuado em detrimento do Legislado. É possível compatibilizar o art. 611-A, inciso XV, com art. 611-B, inciso XXXIV, ambos da CLT?.....	206
5 Conclusão.....	208

## **CONTROVÉRSIAS ACERCA DA DEDUTIBILIDADE DAS DESPESAS DE PLR DA BASE DE CÁLCULO DO IRPJ E DA CSLL .....**

211

**Ludmila Mara Monteiro de Oliveira | Alexandre Evaristo Pinto**

1 Introdução.....	211
2 Participação nos lucros ou resultados: requisitos.....	212
3 Dedutibilidade da PLR na jurisprudência do CARF.....	214
4 Conclusões.....	217

## **PLR NAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS.....**

219

**Luciana Simões de Souza | Maria Eugênia Doln Vieira**

1 Introdução.....	219
2 PLR como garantia constitucional do trabalhador .....	219
3 Tratamento Legal da PLR para Entidades sem fins lucrativos (Contexto da imunidade tributária).....	221
4 Da Lei nº 14.020/2020 e a inclusão do §3-A no art. 2º da Lei nº 10.101/2000 .....	226
5 Pagamento de PLR por critérios distintos para entidades sem fins lucrativos (Lucros x Resultados).....	228
6 Do posicionamento do STF nos autos da ADI nº. 5.236 .....	231
7 Conclusão.....	233

## **O PLR NAS ESTATAIS .....**

237

**Mayra Tenório | Adriano Silvério**

1 Introdução.....	237
2 Breve histórico legislativo .....	238
3 Lei n.º 10.101/2000 .....	239
3.1 PLR nas empresas estatais e o julgamento da ADI 5417/DF .....	242

3.1.1 A influência do direito público na PLR das empresas públicas – reflexos do julgamento da ADI 5417/DF.....	243
3.1.2 Empresas estatais e a submissão às demais regras da Lei nº 10.101/2000 .....	245
4 Conclusões.....	249

## **OS CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO DA PLR .....**

**Rodrigo Ramos de Arruda Campos | Marcello Pedroso Pereira**

1 Introdução.....	250
2 PLR sem critérios ou metas .....	251
3 A liberdade das partes na fixação dos critérios da PLR (Índices de qualidade e outras metas consideradas subjetivas).....	252
4 A Lei nº 14.020, de 2020 e a fixação dos critérios da PLR (Liberdade e segurança jurídica).....	260

## **PLR E SALÁRIO – DISTINÇÕES E CONSEQUÊNCIAS GERADAS PELO NÃO ALCANCE DAS METAS DOS PLR E PELA DESCARACTERIZAÇÃO DA PLR. ANÁLISE DOS EFEITOS QUANTO ÀS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIAS E PREVIDENCIÁRIAS .....**

**Leandro Lamussi Campos | Mariana Coutinho Vilela**

1 Histórico da Participação nos lucros e resultados: contexto legislativo .....	262
2 Participação nos lucros. natureza salarial .....	262
3 Contexto jurisprudencial.....	266
4 Não alcance das metas e a descaracterização da PLR. ....	268
5 Análise dos efeitos quanto às obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias.....	271

## **PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS E OS PRÊMIOS: VANTAGENS E DESVANTAGENS DAS REMUNERAÇÕES VARIÁVEIS .....**

**Carlos Henrique de Oliveira | Thiago Taborda Simões**

1 Introdução.....	273
2 Aspectos trabalhistas .....	274
2.1 Participação nos lucros e resultados .....	274
2.2 Prêmios .....	276
3 Aspectos Tributários.....	279
4 Conclusão: Quando Utilizara PLR ou o Prêmio.....	286

## **ÍNDICE ALFABETICO REMISSIVO .....**

289